



Psicologia em Estudo

ISSN: 1413-7372

ISSN: 1807-0329

Universidade Estadual de Maringá

Bonfante, Angela de Araujo Barros; Polli, Linéia; Hohendorff, Jean Von
REAÇÕES DE MÃES DE MENINOS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA SEXUAL DIANTE DA REVELAÇÃO

Psicologia em Estudo, vol. 28, e53140, 2023

Universidade Estadual de Maringá

DOI: <https://doi.org/10.4025/psicolestud.v28i0.53140>

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=287175767005>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais informações do artigo
- Site da revista em redalyc.org

UABM redalyc.org

Sistema de Informação Científica Redalyc

Rede de Revistas Científicas da América Latina e do Caribe, Espanha e Portugal

Sem fins lucrativos acadêmica projeto, desenvolvido no âmbito da iniciativa
acesso aberto

REAÇÕES DE MÃES DE MENINOS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA SEXUAL DIANTE DA REVELAÇÃO

Angela de Araujo Barros Bonfante^{1 2}, Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-5627-329X>

Linéia Polli^{1 3}, Orcid: <http://orcid.org/0000-0001-7181-7374>

Jean Von Hohendorff^{1 4}, Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-7414-5312>

RESUMO. Os estudos existentes acerca da revelação da violência sexual são, em sua maioria, baseados em casos de meninas. À vista disso, objetivou-se conhecer as reações protetivas e não protetivas de mães e pais diante da revelação de meninos vítimas de violência sexual. Para tanto, foi realizado um estudo qualitativo, por meio de entrevistas, com nove mães. Em seguida, efetuou-se a análise temática dos dados, que resultou em seis temas: momento da revelação; confiança e desconfiança; acolhimento; busca de ajuda; emoções; e proteção. Tomados em conjunto, os resultados indicam que as mães apresentaram, no geral, reações protetivas diante da revelação, evidentes em todos os temas identificados. A partir do momento da revelação, as mães confiaram nos seus filhos e buscaram acolhê-los por meio de uma escuta atenta, também, cabe dizer, algumas entraram em estado de paralisia e entristecimento. Esse acolhimento foi seguido de busca de informações e de atendimento especializado. A proteção ocorreu, ainda, por meio do afastamento dos agressores e monitoramento da rotina dos filhos. Nesse sentido, é fundamental que haja investimento em ações de conscientização sobre os serviços disponíveis para que cuidadores possam proteger crianças e adolescentes em risco. Além disso, são necessárias intervenções que visem auxiliá-los no manejo de seus sentimentos diante da revelação, bem como em relação às consequências da violência para crianças e adolescentes.

Palavras-chave: Delitos sexuais; meninos; revelação.

MOTHER'S REACTIONS TOWARDS THEIR SONS' DISCLOSURE OF SEXUAL VIOLENCE VICTIMIZATION

ABSTRACT. Studies on the disclosure of sexual violence are majorly based on cases involving girls. The objective was to investigate protective and non-protective reactions of mothers and fathers of boys towards the disclosure of sexual violence victimization. In this qualitative research, we interviewed nine mothers and analyzed the data using thematic analysis, which resulted in six themes: moment of disclosure, trust and distrust, welcoming⁵, help seeking, emotions, and protection. Altogether, results showed that

¹ ATITUS Educação, Passo Fundo-RS, Brasil.

² E-mail: angelaabbg@gmail.com

³ E-mail: lineia.polli@hotmail.com

⁴ E-mail: jhohendorff@gmail.com

⁵ The translator understands that the term 'welcoming' holds many meanings and possibly different context uses. However, taking into consideration the meaning of the original word and the meaning from its Latin roots – receiving, holding together – we believe that 'welcoming' fits into the aforementioned contexts.



mothers, in general, presented protective reactions towards the disclosure, which was evident in all identified themes. After disclosure, mothers trusted their sons and sought to protect them by attentive listening, although some of them entered a state of paralysis and sadness. This welcoming of their sons' disclosure was followed by seeking information and specialized treatment. Protection was also identified by withdrawing from aggressors and monitoring the boys' routines. Thus, it is necessary to invest in actions to raise awareness of the available services so that caretakers can protect children and adolescents at risk. In addition, interventions are required to assist them to manage their feelings towards disclosure, as well as the consequences of violence for children and adolescents.

Keywords: Sex offenses; boys; disclosure.

REACCIONES DE MADRES DE NIÑOS VÍCTIMAS DE VIOLENCIA SEXUAL FRENTE A REVELACIÓN

RESUMEN. Los estudios existentes sobre divulgación de violencia sexual se basan principalmente en casos de niñas. El objetivo era conocer las reacciones protectoras y no protectoras de madres y padres ante la revelación de niños que son víctimas de violencia sexual. Se realizó un estudio cualitativo, a través de entrevistas con nueve madres. Se llevó a cabo un análisis temático de datos, que resultó en seis temas: momento de revelación, confianza y desconfianza, acogida, búsqueda de ayuda, emociones y protección. Los resultados indican que las madres mostraron reacciones protectoras a la revelación, evidente en todos los temas. Desde el momento de la revelación, las madres confiaron en sus hijos y trataron de recibirlos escuchando atentamente, algunos de los cuales entraron en un estado de parálisis y tristeza. Siguió la búsqueda de información y asistencia especializada. La protección también se produjo mediante la eliminación de agresores y el monitoreo de la rutina de los niños. Es necesario invertir en acciones de concientización sobre los servicios disponibles. Además, se necesitan intervenciones para ayudarlos a manejar sus sentimientos ante la divulgación.

Palabras clave: Delito sexual; muchachos; revelación.

Introdução

No Brasil, os direitos das crianças e adolescentes são reafirmados no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que consiste em uma Lei Federal criada em 1990 (Lei nº 8.069, 1990). Como complemento ao ECA, foi aprovada a Lei nº 13.431, de 4 de abril de 2017, que estabelece a garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência, garantindo a escuta especializada a este público. De acordo com essa lei, a violência sexual consiste em qualquer ação que venha a constranger a criança/adolescente, incluindo conjunção carnal ou qualquer ato de cunho libidinoso (e.g., foto ou vídeo expondo o corpo da criança/adolescente tendo como intuito a estimulação sexual, podendo ou não ser feito por meio eletrônico; Lei nº 13.431, 2017).

A maioria das vítimas de violência sexual nas notificações entre os anos de 2011 e 2017 é menina, no caso de crianças, com maior prevalência entre um e cinco anos, já quando adolescentes, entre 10 e 14 anos. A violência sexual contra meninos representou somente um quarto da porcentagem total de notificações (Brasil, 2018). Nesse sentido, há evidências que, por questões culturais e pela forma como ocorre, a violência sexual

contra meninos é menos notificada, o que não implica menor ocorrência (Hohendorff, Habigzang, & Koller, 2014).

A dinâmica da violência sexual, por sua vez, tem sido analisada desde os anos 80 por diferentes autores (Finkelhor & Browne, 1985; Furniss, 1993; Sgroi, Blick, & Porter, 1982; Spiegel, 2003; Summit, 1983). Tomando estas referências, Hohendorff, Nelson-Gardell, Habigzang e Koller (2017) propuseram um modelo integrativo conceitual, composto por seis fases, da violência sexual contra crianças e adolescentes.

A primeira é a 'preparação', quando o/a possível agressor/a começa a se aproximar da criança/adolescente, conquistando sua confiança, dando-lhe atenção ou, até mesmo, presentes. Os 'episódios' caracterizam o caráter libidinoso dos atos do/a agressor/a, normalmente inicia-se com contatos sutis e pode culminar com a penetração. O 'silenciamento' pode decorrer da não compreensão da criança/adolescente diante da violência, bem como de ameaças e chantagens feitas pelo/a agressor/a. Já a 'narrativa' da violência pode se desenrolar de forma acidental, geralmente realizada por crianças menores quando não há intenção de revelação da violência, ou de modo intencional, comumente realizada por adolescentes, quando há o intuito de falar sobre a violência que está sendo sofrida. Também, pode ocorrer a fase da 'repressão', quando, após a narrativa, crianças e/ou adolescentes são obrigados a se retratar, seja por falta de apoio do contexto familiar ou social, que acreditam ser uma mentira da criança, seja por conta de ameaças do/a agressor/a. Por fim, tendo como componentes principais o afastamento da criança/adolescente do/a agressor/a e a interrupção dos episódios de violência, pode haver a 'superação', fase em que a vítima receberá os atendimentos necessários (Hohendorff et al., 2017).

Para que haja a possibilidade de superação da violência, a revelação é crucial para a proteção da vítima. É por meio da revelação que as vítimas podem receber ajuda e interromper a violência sexual, restabelecendo seu bem-estar, segundo as medidas protetivas preconizadas pelo ECA (Lei nº 8.069, 1990). Nesse contexto, a revelação pode ser compreendida como um processo específico que pode ou não acontecer, visto que dependerá da interação da vítima com o meio onde ela está inserida, portanto, a sua ocorrência poderá ser tardia (Alaggia, Collin-Vézina, & Lateef, 2017).

Em uma revisão sistemática de 33 artigos em língua inglesa, buscou-se compreender o cenário das pesquisas sobre a revelação da violência sexual. Cinco temas foram identificados: (1) influência das relações interpessoais na revelação, sendo esta um processo de interação com o meio e não um evento isolado; (2) o cenário atual onde as vítimas estão inseridas – atuais valores sociais e culturais, expondo a importância do conhecimento da população acerca da violência sexual para que ocorra a revelação; (3) a idade e o gênero como fortes obstáculos para a revelação, enfatizando que em crianças a revelação acidental prevalece, já a revelação tardia (e.g., as vítimas revelam na fase adulta) é mais frequente em meninos e homens – decorrente do estigma social, do medo de serem taxados como homossexuais e do medo de se tornarem agressores; (4) falta de perspectivas a respeito da revelação ao longo da vida, carecendo de dados de como a revelação é encarada em diferentes momentos, que efeitos históricos ou períodos do desenvolvimento podem facilitar a revelação; (5) barreiras e facilitadores da revelação, indicando a maior idade como um facilitador, pelas melhores condições na comunicação, em contrapartida, a prevalência de sentimento de culpa e o medo são apontados como impeditivos à revelação, principalmente na violência intrafamiliar e na violência sexual contra meninos e homens (Alaggia et al., 2017).

Internacionalmente, estudos têm identificado barreiras à revelação da violência sexual contra vítimas do gênero masculino, sendo elas divididas em três domínios (Easton, Saltzman, & Willis, 2014; Sorsoli, Kia-Keating, & Grossman, 2008): ‘pessoais’ (e.g., falta de consciência cognitiva, nomeação da experiência como violência sexual, evitação intencional, emoções como vergonha, preocupações acerca da identidade e orientação sexual); ‘interpessoais/relacionais’ (e.g., medo de repercussões negativas, isolamento, falta de credibilidade dos outros, ameaças dos agressores); ‘sociopolíticas/socioculturais’ (e.g., padrões de masculinidade, limitação de recursos, falta de aceitação ou conhecimento da vitimização masculina). Essas barreiras, em suma, contribuem para que vítimas masculinas não notifiquem a ocorrência da violência sexual e, conseqüentemente, não busquem ajuda profissional (Kia-Keating, Grossman, Sorsoli, & Epstein 2005; Sigurdardottir, Halldorsdottir, & Bender, 2012).

Um estudo quantitativo, realizado em Israel com 3.156 crianças e adolescentes, com idades entre 11 e 16 anos, que vivenciaram no mínimo um episódio de maltrato e/ou violência sexual infantil, constatou maior relutância em revelar para meninos do que para meninas. Ou seja, o viés social reforça a crença de que meninos são considerados homossexuais, quando um homem foi o perpetrador, não sendo vistos como violentados sexualmente. Além disso, dois fatores foram considerados como obstáculos à revelação: primeiro, quando a violência sexual ocorre com contato físico, e segundo, quando o perpetrador/a é alguém muito próximo à vítima. Também, a pesquisa verificou que houve correlação positiva entre a dificuldade de revelar e as reações emocionais apresentadas pelas vítimas, indicando que quanto menos se falou a respeito, mais intensas foram as reações emocionais (Lev-Wiesel, & First, 2018).

No Brasil, os estudos sobre reações de mães diante da revelação são, sobretudo, referentes a casos de meninas vítimas de violência sexual (Santos & Dell’Aglio, 2008, 2009, 2013). A partir de uma revisão bibliográfica, constatou-se que mães de meninas vítimas podem assumir duas posições diante da revelação: cúmplices da violência ou protetoras da criança. Fatores como a falta de informações a respeito dos serviços disponíveis, a dependência financeira do agressor e um histórico de violência sexual podem influenciar negativamente as reações das mães (Santos & Dell’Aglio, 2008). Numa investigação, por meio de entrevistas com dez mães de meninas vítimas, foram percebidas reações positivas e ambivalentes. A maioria das mães acreditou no relato da filha e notificou a violência, porém nem todas afastaram suas filhas dos supostos agressores. Os dificultadores à realização da notificação foram: ameaças do agressor, medo do julgamento social e de pessoas próximas acerca de seu papel como figura materna e o medo de perder a família (Santos & Dell’Aglio, 2009). Em um estudo mais amplo, sobre a percepção de 27 mães de meninas, percebeu-se que a revelação ocorreu de forma interativa a partir das observações maternas e da comunicação da criança. O processo de revelação envolveu três momentos: antecedentes da revelação, a revelação propriamente dita e as repercussões da revelação no contexto familiar. Estas etapas abarcaram a percepção das mães no tocante às mudanças de comportamento das filhas antes da revelação, a insegurança diante da revelação da violência, as vivências pessoais das mães com relação à violência sexual e a busca de ajuda (Santos & Dell’Aglio, 2013).

Nacionalmente, foi encontrado apenas um estudo de caso sobre o processo de revelação da violência sexual contra meninos. A descoberta da violência sexual ocorreu por meio da observação e conversas entre a mãe e o filho, o qual, aos poucos, revelou a situação ocorrida. A revelação desencadeou na mãe o sentimento de culpa por não ter protegido seu filho, preocupações quanto à sua sexualidade e a possibilidade de ele se

tornar um agressor. Ainda, foram identificadas repercussões da violência sexual tanto na família, que vivenciou um momento de crise, quanto na vítima (e.g., depressão, estresse, ansiedade). Diante disso, destacou-se que a violência sexual contra meninos ainda requer maior atenção em virtude do reduzido número de casos notificados, bem como verificou-se a dificuldade de acesso a essa população para a condução de pesquisas (Hohendorff, Santos, & Dell’Aglío, 2015).

Perante as considerações apontadas, observa-se que são escassos os estudos brasileiros sobre a revelação de meninos que sofreram violência sexual. Sendo assim, objetivou-se conhecer as reações protetivas e não protetivas de mães e pais diante da revelação de meninos com suspeita de terem sofrido violência sexual.

Método

Participantes

Participaram da pesquisa nove mães de meninos com suspeita de terem sido vítimas de violência sexual. As características das participantes estão descritas no Quadro 1. Os critérios de inclusão adotados foram: mães e pais biológicos e/ou adotivos, ou principais cuidadores, maiores de 18 anos, de meninos de até 18 anos que foram encaminhados para atendimento pela suspeita de violência sexual, e que não fossem suspeitos ou tivessem cometido violência contra o filho. Já os critérios de exclusão foram: sinais de déficits cognitivos, consumo de substâncias e/ou transtorno psicológico que os impedia de entender as perguntas da entrevista, estes critérios foram avaliados mediante observação durante a entrevista. Uma participante foi excluída por apresentar sinais de déficit cognitivo.

Das nove entrevistas realizadas, duas referiam-se a casos notificados, mas não confirmados pelas mães entrevistadas. O estudo pretendia contemplar aproximadamente 12 entrevistas de pais e mães biológicos e/ou adotivos de meninos vítimas de violência sexual, sendo, no mínimo, seis pais e seis mães ou principais cuidadores. Contudo, dificuldades durante a coleta de dados (ver seção Procedimentos), bem como a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão foram determinantes para o número de participantes obtido. Não houve interesse por parte dos pais na participação da pesquisa.

Em relação à violência sexual, foi verificado que as idades das prováveis vítimas variavam entre cinco e dez anos e os agressores eram, em sua maioria, pessoas conhecidas pelos meninos. Em um caso, a idade da provável vítima não foi informada. Nos demais, as idades das prováveis vítimas foram: cinco anos (n=3), sete anos (n=2), quatro anos (n=1), seis anos (n=1) e dez anos (n=1). A idade do provável agressor não foi informada em cinco casos. Quando informadas, as idades foram: cinco (n=1), oito (n=1), 13 (n=1) e 14 anos (n=1). As relações entre a provável vítima e o provável agressor informadas foram: pai (n=1), padrasto (n=1), irmão biológico (n=1), primo (n=1), bisavô (n=1), funcionário da creche (n=1), colega da creche (n=1) e dono do mercado (n=1).

Quadro 1. Caracterização das participantes

Gênero	Cor	Estado civil	Escolaridade	Idade/anos	Nº de filhos	Ocupação	Parentesco com a criança	Quem mora na casa	Renda familiar mensal
Feminino	Preta	Solteira	Fundamental incompleto	37	6	Auxiliar de limpeza	Mãe biológica	Mãe e 4 filhos	937,00
Feminino	Branca	Casada	Fundamental incompleto	22	3	Faxineira	Mãe biológica	Mãe, pai, e um filho	2.000,00
Feminino	Preta	Solteira	Superior incompleto	37	3	Padeira	Mãe biológica	Mãe, irmão da mãe, filho e filha	1.170,00
Feminino	Branca	Casada	Fundamental incompleto	39	1	Empresária (Restaurante)	Mãe adotiva	Mãe, pai e filho	3.000,00
Feminino	Branca	Solteira	Fundamental incompleto	33	3	Desempregada	Mãe biológica	Mãe e filhos	1.105,00
Feminino	Preta	Solteira	Fundamental incompleto	34	2	Auxiliar de Serviços Gerais	Mãe biológica	Mãe, Avô, Avó, dois filhos	937,00
Feminino	Preta	Casada	Fundamental incompleto	50	5	Faxineira/aposentada	Mãe biológica	Pai, Mãe e dois filhos	1.200,00
Feminino	Preta	Mora junto	Fundamental incompleto	26 anos	4	Auxiliar de limpeza	Mãe biológica	Pai, mãe e dois filhos	763,00
Feminino	Branca	Mora junto	Ensino médio completo	35 anos	3	Faxineira (parada por causa da gravidez)	Mãe biológica	Padrasto, mãe e dois filhos	700,00

Instrumentos

Roteiro de entrevista semiestruturado: desenvolvido para este estudo. Foi utilizado para investigar as reações protetivas e não protetivas de mães de meninos vítimas de violência sexual. Contêm perguntas como “Como você ficou sabendo da violência que ocorreu com o seu filho?” e “Qual foi a sua reação no momento da revelação?”.

Ficha de dados sociodemográficos: produzida para este estudo. Foi utilizada para caracterizar as participantes quanto às informações de gênero, idade e estado civil.

Procedimentos

Após aprovação pelo Comitê de Ética (CAAE 70421417.0.0000.5319), foi firmada parceria para a coleta de dados com um centro de avaliação e atendimento psicológico de

crianças e adolescentes com suspeita de terem passado por algum tipo de violação de direitos, de uma cidade do norte do Rio Grande do Sul. Nesse contexto, solicitou-se ajuda para a coleta de dados à coordenação do centro, por conseguinte, foi disponibilizada uma lista com 39 casos, contendo o endereço, o número de telefone dos pais, mães ou cuidadores dos meninos vítimas de violência sexual, o que permitiu que fosse feito o convite para a participação na pesquisa.

Ademais, o centro cedeu uma sala para a realização dos telefonemas e das entrevistas. Inicialmente, foram contatados os casos mais recentes (i.e., atendidos entre 2018 e 2016), seguindo até os mais antigos (i.e., atendidos em 2014), considerando que poderiam ter ocorrido trocas nos números de telefone com o passar dos anos. Com o escasso retorno, após duas semanas, foram também realizadas ligações com potenciais participantes referentes aos anos de 2016 e 2015 e, na terceira semana, pelo mesmo motivo, aos anos de 2015 e 2014. De 39 contatos selecionados, foram agendadas 15 entrevistas e apenas cinco mães se dispuseram a ser entrevistadas. Para que a coleta de dados se aproximasse do número estimado inicialmente (i.e., 12 entrevistas), foi averiguada a possibilidade de convidar mães e pais de meninos que compareciam ao centro para levar os filhos às oficinas. Nessa ocasião, a pesquisadora conversou com duas mães que se encontravam no centro, apresentou os objetivos de pesquisa e, então, foram agendadas e realizadas duas entrevistas. Além disso, a assistente social do centro forneceu os contatos de pais e mães das crianças e adolescentes que frequentavam as oficinas. Assim, fez-se contato telefônico com dez possíveis participantes e foram agendadas duas entrevistas, mas as mães não compareceram. Desse modo, a coleta de dados no centro totalizou sete entrevistas, entretanto, durante uma entrevista, constatou-se que uma das participantes possuía sinais de déficit cognitivo, o que a impedia de entender as perguntas realizadas.

Paralelamente, foi firmada parceria com um serviço de Assistência Social que prestava atendimentos psicossociais às pessoas que tiveram seus direitos violados. As psicólogas e as assistentes sociais do local se comprometeram em agendar as entrevistas em razão das características da pesquisa, função delegada a elas pelo vínculo já formalizado com os usuários. No entanto, ao tentar contatar as famílias, as técnicas não tiveram êxito, então foi solicitado à pesquisadora que tentasse, por sua conta, entrar em contato com os possíveis participantes para marcar as entrevistas com os nove contatos concedidos. Diante disso, foi possível agendar quatro entrevistas, mas somente duas pessoas compareceram. Por fim, após o contato e agendamento de todos os possíveis participantes, a coleta de dados foi finalizada.

A coleta de dados transcorreu entre os meses de abril de 2018 e dezembro de 2018. Durante esses oito meses, foram realizadas nove entrevistas com mães de meninos com suspeita de serem vítimas de violência sexual. As entrevistas foram efetuadas nas salas disponibilizadas em cada centro, por uma mestrandia em psicologia, que realizou treinamento prévio por meio de dramatizações com seu orientador. A média de duração das entrevistas foi de aproximadamente 22 minutos, sendo que a entrevista mais curta durou 14 minutos e a mais longa durou cerca de 48 minutos. As participantes foram identificadas por nomes fictícios a fim de resguardar suas identidades.

Análise dos dados

As gravações das entrevistas foram transcritas na íntegra pela pesquisadora. O processo de análise de dados foi baseado na proposta de Análise Temática (Braun & Clarke, 2006), ocorrendo em seis etapas: (1) familiarização com os dados: a pesquisadora

realizou a transcrição dos dados verbais, procurando manter a veracidade das informações. Em seguida, empreendeu repetidas leituras do material; (2) seleção de códigos iniciais: ao ler as transcrições, trechos específicos (códigos iniciais) foram destacados e anotações feitas; (3) revisão e inserção dos temas: nessa fase, a pesquisadora fez um levantamento dos códigos e dados identificados e iniciou um agrupamento para identificação de possíveis temas; (4) refinamento da análise por meio de revisão de temas: ao rever os temas, percebeu-se a necessidade de aperfeiçoá-los, descartando os temas considerados desnecessários (em virtude da não existência de dados suficientes para justificar sua permanência) e/ou transformando-os em um tema apenas (nos casos em que dois temas corroboraram o mesmo assunto); (5) definição e refinamento dos temas por meio de exemplos: na medida em que a pesquisadora conseguiu definir um mapa temático dos dados, extraiu-se o significado essencial de cada tema; (6) definindo resultados: nessa fase, foi elaborado o relatório. A pesquisadora descreveu os achados de maneira descritiva. O software NVivo foi utilizado durante a análise.

Resultados

A partir da análise das entrevistas realizadas com nove mães de meninos com suspeita de terem sido vítimas de violência sexual foi possível identificar seis temas, a saber: momento da revelação; confiança e desconfiança; acolhimento; busca de ajuda; emoções; e proteção.

No tema ‘Momento da revelação’ foram incluídos os trechos das falas das participantes nos quais elas descreveram como ocorreu a revelação da violência sexual. A revelação ocorreu por meio do relato do filho em quatro casos, geralmente quando questionados

Meu filho o que é isso? Ele disse: mãe, nada, eu caí. Eu disse: não, tu não caiu não, tu tá machucado? Daí ele disse assim: mãe eu caí num ferro. Eu disse: filho, fala a verdade para a mãe, senão a mãe vai ficar muito triste. Ele olhou pra mim e começou a chorar, daí ele me falou: Mãe foi o B., ele me segurou por trás e me machucou, daí não perguntei mais nada pra ele né (Paula).

Em três casos, a revelação aconteceu por terceiros: dois por meio da escola “A Prô me passou que tipo, que no caso eles estavam numa sala de aula brincando, daí a prô pediu para guardar os brinquedos, daí os outros foram para uma sala e deixaram só os dois, daí quando ela viu que eles demoraram demais ela foi na sala e viu que o guri tava chupando o pinto dele” (Clara) e um caso a sobrinha contou para a participante “Quando me contaram eu falando para minha sobrinha, A. você sabendo tudo o que a tia passa com o W. por causa da questão do xixi você nunca contar para a tia?!” (Luisa). Em outros dois casos, houve suspeita, por terceiros, da ocorrência da violência sexual. Em um caso a suspeita partiu da mãe da vítima e, em outro, da avó paterna. Tais suspeitas fizeram com que os meninos fossem questionados acerca da suposta ocorrência da violência.

O tema ‘Confiança e desconfiança’ é formado por fragmentos em que as participantes descreveram os motivos que as fizeram acreditar ou não na revelação dos seus filhos, bem como se ficaram ambivalentes. Das nove entrevistadas, seis relataram ter acreditado no relato do filho “Sim, por que assim, ele é uma criança que convivia nesse lugar, na minha casa, na escolinha e na igreja, não é uma criança que vai pra muitos lugares, que fica solta, então se ele mostrou isso alguma coisa de estranho estava acontecendo” (Mara). O motivo principal para dar credibilidade ao relato dos filhos foi a presença de sintomas físicos relacionados à violência

Ele veio da escola e com muita dor, a gente dando remédio para ele a gente achou que ele tinha comido alguma coisa demais, daí ele queixando de dor de barriga de novo, e não conseguia ficar sentado, e daí ele me contou, ele disse: mãe eu não quero ir na aula, mas eu tenho uma coisa pra te contar, tu não vai me surrar? Daí eu disse: não, me conta o que que tá acontecendo, daí ele falou: mãe, eu e o C. - que é irmão dele – queria brincar de namorado comigo, daí ele enfiou o pinto dele na minha bunda (Fátima).

A ambivalência foi relatada por duas mães. Uma justificou sua ambivalência por conta de o filho não lembrar do ocorrido “Um pouco eu sofria por eu acreditar que isso realmente tinha acontecido, por outro lado eu tinha medo que isso não tivesse acontecido, não sei se tu me entende pela parte que meu filho dizer que não lembra” (Luisa) e outra tinha suspeita de que o esposo violentou seus filhos, porém eles negavam o ocorrido “Eu achava que ele tinha abusado do piá né, mas não, o piá diz que não, nunca, e os outros também não, falaram que não, daí esta né, foi, foi eu denunciei ele por que ficar pelado também é abuso né?!” (Rose). Uma mãe indicou não ter acreditado no relato da avó paterna, que suspeitava da ocorrência da violência contra o neto, pois acreditava em seu marido, apontado como suposto agressor

Eu sei que ela foi lá falar que meu marido tinha abusado do meu piá [...] Só que é uma coisa que não é verdade, por que o nenê fica só comigo tu entende? Faz dois anos que não trabalho, então quando o nenê ia lá pra casa ele ficava só comigo, eu que dava banho, eu que cuidava, por isso que eu fiquei surpresa e pensando o porquê fizeram isso (Raquel).

‘Acolhimento’ é um tema formado pelos trechos das entrevistas nos quais as participantes expressaram, verbalmente, como acolheram emocionalmente seus filhos. Cinco participantes não expressaram como conceberam esta acolhida. Já duas participantes relataram a tentativa de não demonstrar tristeza ao filho, além de expressarem gestos de carinho “Eu tive que abraçar, fazer de conta que estava tudo bem e chorei escondido para ele não ver, para ele não perceber” (Mara).

No tema ‘Busca de ajuda’ foram incluídos os excertos das entrevistas nos quais as participantes indicaram que, após a revelação, buscaram se informar sobre violência sexual para disponibilizar acolhimento adequado. Uma mãe contou para a filha, irmã da vítima “Eu cheguei no quarto e contei para minha filha só, ela tem 11 anos. Eu disse: A. olha o que aconteceu, o B. machucou o Y.” (Paula), duas participantes tentaram ligar para as mães dos agressores (ambos parentes das vítimas) “Eu liguei para a mãe dele sabe, para ela ir lá, daí ela foi, daí eu contei para ela também né, o que tinha acontecido” (Fátima) e duas falaram com a sogra e com suas mães “Daí como minha mãe é professora aposentada eu a chamei e perguntei, na época morávamos todos juntos, meu pai, minha mãe, todo mundo morava lá na casa. Então a chamei e perguntei como eu deveria agir, por que como professora, alguma informação a mais ela teria” (Mara).

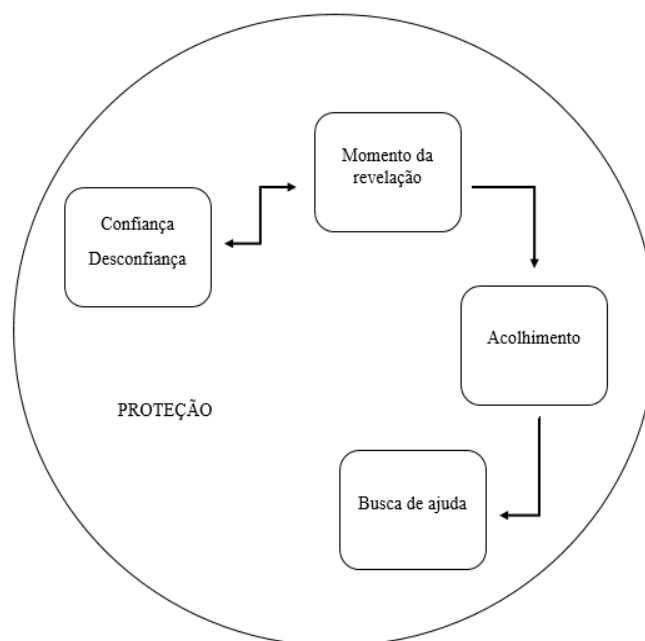
Oito mães relataram ter buscado atendimento especializado. As mães procuraram os seguintes atendimentos: uma mãe procurou acompanhamento psicológico particular para o filho “Até hoje eu ainda levo ele em uma psicóloga” (Fátima), outra mãe procurou atendimento psicológico para ela “Nessas consultas que eu ia o psicólogo me disse, tu quer tratar teu filho, tem que tratar eu antes, começar por eu depois tratar ele, por que o problema estava em mim” (Clara). Oito mães foram à delegacia, ao conselho tutelar e, conseqüentemente, encaminhadas com seus filhos para realizarem avaliação psicológica no centro. Após a avaliação, um laudo que comprova se as vítimas foram ou não violentadas sexualmente é enviado ao juiz da Vara de Infância e Adolescência

Eles – conselheiro tutelar – falaram que era pra mim ir na delegacia, dei parte, daí fiz os exames ali e não me chamaram mais, tá parado, o único lugar que me chamaram foi aqui – centro –, para conversar, para encaminhar o Y. na psicóloga, só [...] eu não sei o que aconteceu, não sei que andamento está (Paula).

Os trechos em que as participantes descreveram o que elas sentiam acerca da violência sofrida pelos filhos foram incluídos no tema ‘Emoções’. As emoções descritas foram medo “Eu tenho medo, pavor hoje quando eu enxergo ele na rua. Tenho medo que ele vá fazer alguma coisa com meu filho, vá pegar o meu filho” (Luisa), culpa “De ter deixado, porque eu geralmente não deixo eles saírem assim, eu cuido muito bem dos meus filhos sabe, por mais que eu seja sozinha com eles sou mãe sozinha mas cuido deles da melhor forma possível. Mas naquele dia, eu não deveria ter deixado, mas ele sempre ia brincar e nunca aconteceu” (Paula), raiva/hostilidade “Tá bem difícil, bem difícil porque eu não tenho o que fazer. A vontade que eu tenho é de ir lá e matar essa pessoa, mas eu vou desgraçar a minha vida, da minha família, os meus filhos não convivem com o pai, não vão conviver com mãe” (Mara). Tais emoções resultaram em comportamentos como choro “Eu fiquei apavorada [...] daí eu fui olhar estava bem machucado [...] eu dei um banho nele e levei ele no médico, bem apavorada, chorei bastante com ele, ele chorava e eu chorava, apavorada” (Fátima) e paralisia “Eu dei banho, ajeitei ele [...] mas eu fiquei com aquele pânico na cabeça, não fiz nada na hora, na hora eu não fiz nada, eu entrei em pânico, eu não contei pra minha mãe, não contei para meu pai, fiquei pra mim” (Paula).

O tema ‘Proteção’ é formado pelos trechos das entrevistas em que as participantes manifestaram preocupação em monitorar o dia a dia dos filhos para que não voltem a ser violentados, bem como pelos trechos em que externaram sobre a busca pelo afastamento entre seus filhos e os agressores. Cinco participantes passaram a monitorar o cotidiano dos filhos, procurando acompanhar a rotina diária deles “Eu não quero deixar meu filho, nunca mais com ninguém, eu prefiro pedir um pacote de arroz, uma caixa de leite pra alguém do que ter que pedir para alguém cuidar dos meus filhos, eu não os deixo com mais ninguém” (Mara). O afastamento entre os meninos e os agressores se deu por meio de impedimento de contato, segundo o relato de sete mães “Só sei que eu não deixei mais meus filhos irem lá, nenhum dos dois, a família ficou contra nós” (Paula).

Tomados em conjunto, os resultados deste estudo indicam que as mães entrevistadas apresentaram, no geral, reações protetivas diante da revelação da possível ocorrência de violência sexual contra seus filhos. Essas reações protetivas ficam evidentes em todos os temas identificados. A partir do momento da revelação, as mães entrevistadas, via de regra, confiaram nos seus filhos e buscaram acolhê-los por meio de uma escuta atenta. Também, muitas delas entraram em estado de paralisia e entristecimento, preocupadas com o bem-estar de seus filhos. Esse acolhimento foi seguido de busca de informações e de atendimento especializado visando a proteção dos meninos. Já a proteção ocorreu por meio de monitoramento, ou seja, as participantes buscaram estar mais presentes, acompanhando a rotina dos filhos. Ademais, tentaram afastar as vítimas dos agressores, para que seus filhos não se tornassem mais reféns desse tipo de violência. Percebe-se, portanto, a relação entre os temas no que diz respeito às reações protetivas das mães, conforme pode ser visto na Figura 1.

Figura 1. Mapa temático dos resultados

Discussão

O objetivo deste estudo foi conhecer as reações protetivas e não protetivas de mães e pais diante da revelação de meninos com suspeita de terem sofrido violência sexual. Para tal, foi realizada parceria com dois centros que prestavam atendimentos para famílias e para crianças e adolescentes vítimas de violência sexual. Durante todo o processo de coleta dos dados, percebeu-se a dificuldade de acesso aos participantes, podendo isso estar vinculado ao estigma social em abordar questões da sexualidade, visto que são tratadas como um tabu, principalmente quando referentes à violência sexual contra crianças e adolescentes. Aliás, essa problemática ainda se encontra omitida e velada na sociedade, podendo influenciar diretamente na revelação da violência por parte das vítimas (Vega & Paludo, 2015).

Embora o objetivo fosse entrevistar pais, nenhum se disponibilizou a participar do estudo. Nesse sentido, questões relacionadas ao papel masculino e ao machismo podem explicar essa ausência. Especificamente em casos de violência sexual, a resistência em abordar tal tópico costuma estar relacionada ao estereótipo tradicional de masculinidade, à dificuldade em falar sobre sentimentos e aos preconceitos relacionados à homossexualidade (Okur, Knaap, & Bogaerts, 2017). Além disso, a configuração familiar das participantes indicou que em cinco casos o pai não estava presente. No Brasil, 40,5% das famílias são chefiadas por mulheres (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, n.d.), cabendo a elas o sustento do lar e o cuidado dos filhos.

A revelação da violência sexual sofrida pelos meninos filhos das participantes deste estudo foi, na maioria dos casos, comunicada por terceiros (03 casos) ou decorrentes de suspeitas por familiares (02 casos). Estes achados, que totalizam cinco dos nove casos, caracterizam a tendência à revelação acidental, frequente nos casos de violência sexual contra meninos. Novamente, as imposições sociais machistas referentes ao gênero

masculino, o medo e a homofobia fazem com que os meninos/homens, geralmente, só revelem já na vida adulta a violência sexual sofrida (Alaggia, et al., 2017; Baía, Veloso, Magalhães, & Dell’Aglío, 2013; Okur et al., 2017). Nos outros quatro casos analisados, a revelação foi realizada por meio do discurso dos próprios meninos, porém isso só se deu quando foram questionados pelas mães. As participantes relataram, sobretudo, que perceberam sinais e sintomas físicos vindo dos filhos (e.g., machucado, sangue), fazendo com que elas os observassem e questionassem o que poderia estar acontecendo, sendo este um aspecto constatado em estudo prévio (Said & Costa, 2019). Diante do exposto, as relações interpessoais se mostram um fator de influência na ocorrência, ou não, da revelação, sendo esta compreendida como um processo, diferente de um evento isolado, que consiste na interação da vítima com o meio (Alaggia et al., 2017).

As mães entrevistadas, em sua maioria (06 casos), tiveram reações protetivas diante da revelação. As reações protetivas identificadas consistiram no acolhimento, na escuta, na demonstração de carinho e credibilidade no relato dos filhos, no afastamento do suposto agressor e na busca por atendimentos especializados. Tais reações são semelhantes às de estudos prévios, que foram realizados com mães de meninas (Santos & Dell’Aglío, 2009, 2013) e num estudo documental sobre três casos de meninos vítimas (Said & Costa, 2019).

É possível levantar a hipótese de que as mães abordadas por pesquisas referentes à revelação da violência sexual, sendo mães que normalmente recorrem a serviços de atendimentos especializados, podem não representar o panorama geral – e real – de reações de mães de meninos vítimas de violência sexual. Possivelmente, mães que não tiveram reações protetivas não frequentam sistematicamente estes serviços, havendo a necessidade de, em estudos futuros, tentar acessar tal população. Todavia, tendo em vista a dificuldade inerente de aproximação com mães, pais e cuidadores que não têm reações protetivas e, conseqüentemente, não recorrem aos serviços, profissionais que interagem com esses cuidadores podem ser participantes de novas pesquisas, haja vista que esses profissionais podem fornecer informações acerca dos casos nos quais se percebe a ausência de reações protetivas.

Algumas mães entrevistadas não sabiam como reagir diante do ocorrido, não tendo informações prévias sobre o que é necessário fazer nem sobre quais serviços de atendimentos especializados poderiam procurar. Em pelo menos cinco dos casos, as participantes relataram a falta de informação, sendo que uma delas acabou recorrendo à filha, irmã da vítima, que possuía apenas 11 anos, por não saber de que forma reagir. Diante disso, é necessário repensar o quanto a rede de atendimento ainda pode estar distante do público que mais necessita. O desconhecimento da população sobre a ocorrência da violência sexual contra crianças e adolescentes, um tema ainda muito velado e silenciado, faz com que as pessoas não saibam a quais serviços recorrer, podendo vitimizar ainda mais crianças e adolescentes que necessitam de suporte (Vega & Paludo, 2015). Paralelo a isso, o medo por conta da vulnerabilidade e desproteção no contexto, a culpa por não conseguir monitorar constantemente os filhos, por ter que dar conta do sustento e da criação sozinhas, e a raiva diante do ocorrido, foram emoções amiúde sentidas pelas participantes. Elas relataram reações como choro e paralisia diante da revelação da violência por conta do apavoramento e do pânico que a situação gerou, não sabendo de que forma reagir. Essas reações e os sentimentos envolvidos também foram identificados em estudos nacionais referentes à reação de mães de meninas ante a revelação (Santos & Dell’Aglío, 2008, 2009, 2013), e relativo a um estudo de caso com menino (Hohendorff et al., 2015). Em síntese, isso evidencia a necessidade de intervir e

instrumentalizar o contexto familiar para melhor lidar com a situação de violência (Said & Costa, 2019).

A proteção dos meninos se deu, após a revelação da violência sexual, por meio do monitoramento constante do cotidiano, bem como pela busca de afastamento entre agressores e vítimas. O monitoramento dos filhos é um aspecto relatado em estudos prévios sobre a violência sexual contra meninos (Hohendorff et al., 2015; Said & Costa, 2019). Embora necessário, é preciso problematizar tal monitoramento, uma vez que nem todas as famílias têm condições para tal. Muitas vezes, as famílias atendidas nos serviços públicos são de baixa renda, portanto pais e mães precisam trabalhar durante o dia para garantir o sustento do lar. Consequentemente, caso não tenham acesso às instituições públicas (e.g., creches, escolas) para que seus filhos tenham os cuidados necessários, esses precisam permanecer em suas casas ou com membros da comunidade, podendo este ser um fator de risco para a violência. Diante dessas dificuldades, é possível que surja um sentimento de culpa entre as cuidadoras.

O afastamento entre agressores e vítimas é uma das medidas protetivas mais importantes nos casos de violência sexual contra crianças e adolescentes. Embora tal medida esteja prevista no ECA (Lei nº 8.069, 1990) e requeira a ação do Conselho Tutelar e, em alguns casos, da Justiça, a adesão das mães a essa medida é necessária. Todavia, mesmo que haja uma medida protetiva de afastamento expedida pelo Conselho Tutelar e/ou pela Justiça, caso o/a agressor/a esteja em liberdade, a garantia de cumprimento dessa medida acaba recaindo, também, sobre os cuidadores das vítimas. Neste estudo, em um caso, a mãe do menino não acreditou no seu relato, o que pode ser considerado um fator de risco, pois o contato entre o possível agressor e a vítima pode continuar acontecendo. Em casos como este, a intervenção com a mãe é ainda mais necessária. Inicialmente, o objetivo da intervenção deve ser o de entender a reação apresentada e não de julgamento, uma vez que fatores como dependência emocional ou financeira do companheiro podem influenciar. Ademais, é importante que se realize uma psicoeducação relacionada ao que é violência sexual, como ocorre, seus sinais e consequências, bem como acerca das medidas previstas em lei. Deve-se buscar, sempre que necessário, incluir a família em programas socioassistenciais no intuito de diminuir possíveis situações de dependência financeira. O atendimento psicológico também deve ser garantido.

Considerações finais

Este estudo contribui para o melhor entendimento de reações de mães de crianças e adolescentes vítimas de violência sexual diante da revelação da violência. Nacionalmente, os estudos sobre o assunto costumam ser referentes a casos de meninas (Santos & Dell’Aglio, 2008, 2009, 2013), tendo sido encontrado apenas um estudo de caso com menino (Hohendorff et al., 2015). Internacionalmente, a partir de uma revisão sistemática de 33 estudos (Alaggia et al., 2017), constatou-se que a maioria dos estudos sobre a revelação é realizada com adultos sobreviventes, sendo escassos aqueles realizados com crianças e adolescentes. Não foi incluído, na revisão, nenhum estudo com mães e pais de vítimas e/ou sobreviventes. Isso posto, foi identificado que um dos principais facilitadores para a revelação são as relações familiares de apoio, em compensação, um dos principais dificultadores é o gênero, sendo os meninos menos propensos a revelar.

Os resultados deste estudo devem ser considerados a partir de suas limitações, haja vista que foram realizadas apenas nove entrevistas relativamente curtas. Aspectos como a dificuldade de acesso aos casos e o estigma sobre o assunto são desafios à condução de pesquisas com vítimas e familiares de violência sexual. A curta duração das entrevistas pode ser explicada pela dificuldade das mães em abordar um evento traumático, bem como, em alguns casos, pela baixa escolaridade, que pode dificultar o relato. Outro potencial limitador foi o fato de nem todos os casos de violência sexual terem sido confirmados. No entanto, a revelação ocorreu em todos os casos, mesmo que diante de questionamento, o que permitiu que se tivesse acesso às informações sobre as reações das mães quando seus filhos relataram o ocorrido.

Em termos práticos, os resultados deste estudo indicam a necessidade de desenvolvimento de intervenções de conscientização para o público em geral visando o conhecimento dos serviços da rede. As mães entrevistadas não sabiam quais serviços acessar diante da revelação. Portanto, é preciso que os serviços da rede, principalmente o Conselho Tutelar, que tem o papel de receber notificações e de garantir a proteção de crianças e adolescentes, busquem maior aproximação com a comunidade por meio de ações de conscientização acerca do seu papel. Além de trabalhar diretamente com as mães e famílias, é necessário investimento na capacitação de professores para a detecção de sinais de violação de direitos e para a realização da notificação. Afinal, familiares e professores estão em contato constante com crianças e precisam de preparo para atuar diante de suspeita ou confirmação de violação de direitos (Said & Costa, 2019). Também, em razão das reações emocionais das mães, é imperativo que seja disponibilizado atendimento psicoterápico para essa população, a fim de que essas mães tenham acompanhamento psicológico para que possam aprender a manejar suas reações emocionais diante do ocorrido e, assim, oferecer maior suporte aos seus filhos.

Referências

- Alaggia, R., Collin-Vézina, D., & Lateef, R. (2017). Facilitators and barriers to child sexual abuse (CSA) disclosure: a research update (2000-2016). *Trauma, Violence & Abuse*, 1-24. doi:10.1177/1524838017697312
- Baía, P. A. D., Veloso, M. M. X., Magalhães, C. M. C., & Dell'Aglío, D. D. (2013). Caracterização da revelação do abuso sexual de crianças e adolescentes: negação, retratação e fatores associados. *Temas em Psicologia*, 21(1), 193-202. doi: 10.9788/TP2013.1-14
- Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. (2018). *Análise epidemiológica da violência sexual contra crianças e adolescentes no Brasil, 2011 a 2017*. Recuperado de: <https://portaldeboaspraticas.iff.fiocruz.br/wp-content/uploads/2019/07/2018-024.pdf>
- Braun, V., & Clarke, V. (2006). Using thematic analysis in psychology. *Qualitative Research in Psychology*, 3(2), 77-101. doi:10.1191/1478088706qp063oa
- Easton, S. D., Saltzman, L. Y., & Willis, D. G. (2014). "Would you tell under circumstances like that?": barriers to disclosure of child sexual abuse for men. *Psychology of Men & Masculinity*, 15, 460-469. doi:10.1037/a0034223

- Finkelhor, D., & Browne, A. (1985). The traumatic impact of child sexual abuse: a conceptualization. *American Journal of Orthopsychiatry*, 55(4), 530-541. doi:10.1111/j.1939-0025.1985.tb02703.x
- Furniss, T. (1993). *Abuso sexual da criança: uma abordagem multidisciplinar, manejo, terapia e intervenção legal*. Porto Alegre, RS: Artes Médicas.
- Hohendorff, J. V., Habigzang, L. F., & Koller, S. H. (2014). *Violência sexual contra meninos: teoria e intervenção*. Curitiba, PR: Juruá.
- Hohendorff, J. V., Nelson-Gardell, D., Habigzang, L. F., & Koller, S. H. (2017). An integrative conceptual model for enhanced understanding of the dynamics of sexual violence against children. In D. D. Dell’Aglío, & S. H. Koller (Eds.), *Vulnerable children and youth in Brazil: innovative approaches from the psychology of social development*, (p. 77-88). Switzerland: Springer.
- Hohendorff, J. V., Santos, S. S., & Dell’Aglío, D. D. (2015). Estudo de caso sobre a revelação da violência sexual contra meninos. *Contextos Clínicos*, 8(1), 46-54. doi:10.4013/ctc.2015.81.05
- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (n.d.). *Retrato das desigualdades de gênero e raça – chefia de família*. Recuperado de: https://www.ipea.gov.br/retrato/indicadores_chefia_familia.html
- Kia-Keating, M., Grossman, F. K., Sorsoli, L., & Epstein, M. (2005). Containing and resisting masculinity: narratives of renegotiation among resilient male survivors of childhood sexual abuse. *Psychology of Men & Masculinity*, 6(3), 169-185. doi:10.1037/1524-9220.6.3.169
- Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. (1990). Recuperado de: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1990/lei-8069-13-julho-1990-372211-publicacaooriginal-1-pl.html>
- Lei nº 13.431, de 04 de abril de 2017. (2017). Recuperado de: <http://www.planalto.gov.br>
- Lev-Wiesel, R., & First, M. (2018). Willingness to disclose child maltreatment: CSA vs other forms of child abuse in relation to gender. *Child Abuse & Neglect*, 79, 183-191. doi:10.1016/j.chiabu.2018.02.010
- Okur, P., Van Der Knaap, L. M., & Bogaerts, S. (2020). A quantitative study on gender differences in disclosing child sexual abuse and reasons for nondisclosure. *Journal of Interpersonal Violence*, 35(23-24), 5255-5275. doi:10.1177/0886260517720732
- Said, A. P., & Costa, L. F. (2019). Family dynamics of boys victims of sexual abuse. *Paidéia*, 29, e2908. doi:10.1590/1982-4327e2908
- Santos, S. S., & Dell’aglio, D. D. (2008). Compreendendo as mães de crianças vítimas de abuso sexual: Ciclos de violência. *Estudos de Psicologia*, 25, 595-606. Recuperado de: <http://www.scielo.br/pdf/estpsi/v25n4/a14v25n4>
- Santos, S. S., & Dell’aglio, D. D. (2013). O processo de revelação do abuso sexual na percepção de mães. *Revista Psicologia: Teoria e Prática*, 15(1), 50-64. Recuperado de: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/ptp/v15n1/04.pdf>

- Santos, S. S., & Dell'aglio, D. D. (2009). Revelação do abuso sexual infantil: reações maternas. *Psicologia Teoria e Pesquisa*, 25, 85-92. Recuperado de: <http://www.scielo.br/pdf/ptp/v25n1/a10v25n1.pdf>
- Sgroi, S. M., Blick, L. C., & Porter, F. S. (1982). A conceptual framework for child sexual abuse. In S. M. Sgroi (Ed.), *Handbook of clinical intervention in child sexual abuse* (p. 9-37). New York, EUA: The Free Press.
- Sigurdardottir, S., Halldorsdottir, S., & Bender, S. S. (2012). Deep and almost unbearable suffering: consequences of childhood sexual abuse for men's health and well-being. *Scandinavian Journal of Public Health*, 26, 688-697. doi:10.1111/j.1471-6712.2012.00981.x
- Sorsoli, L., Kia-Keating, M., & Grossman, F. K. (2008). "I keep that hush-hush": male survivors of sexual abuse and the challenges of disclosure. *Journal of Counseling Psychology*, 55, 333-345. doi:10.1037/0022-0167.55.3.333
- Spiegel, J. (2003). *Sexual abuse of males: the SAM model of theory and practice*. New York, NY: Routledge.
- Summit, R. (1983). The child sexual abuse accommodation syndrome. *Child Abuse and Neglect*, 7, 177-193. Recuperado de: <https://www.abusewatch.net/Child%20Sexual%20Abuse%20Accommodation%20Syndrome.pdf>
- Vega, L. B. S., & Paludo, S. S. (2015). Exploração sexual e rede de proteção na perspectiva da vítima. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 67(2), 47-60. Recuperado de: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672015000200005

Recebido em 13/04/2020
Aceito em 06/12/2021